

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Brumadinho vive abalo emocional e bolha de crescimento econômico.....	2
VEÍCULO: O Globo	6
Título: Brumadinho: Vale paga R\$ 13,8 milhões à União	6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 25/01/2020**Seção:** Cotidiano**Autor:** Carolina Linhares**Título:** Brumadinho vive abalo emocional e bolha de crescimento econômico

Cidade destruída há 1 ano se preocupa com o futuro e moradores reclamam de desamparo da Vale

Brumadinho (MG)- Um ano após o rompimento da barragem Bi, da Vale, em Brumadinho (MG), a mineradora já se recuperou. Alcançou o valor de mercado que tinha antes de 25 de janeiro de 2019, com ações negociadas a R\$ 57.

Já Brumadinho não dá sinais de que a tragédia tenha sido superada. A reparação da empresa às famílias por vezes mora nos detalhes. Familiares das 270 vítimas (n delas ainda não encontradas — leia texto na pág. ao lado) pediram à Vale, por exemplo, que mudasse o uniforme dos trabalhadores e que pintasse os ônibus terceirizados que levavam os funcionários de outra cor.

Aqueles que vivem o luto dizem que é como se as pessoas tivessem sido abduzidas da paisagem da cidade. Afirmam que Brumadinho perdeu a história, a cor, o aconchego, a alegria. “Brumadinho vai demorar a se recuperar, porque temos que cuidar da dor da gente e do outro”, diz Natália Oliveira, 49, irmã de uma vítima.

Se a depressão pela morte de familiares, amigos e vizinhos em grande proporção, numa cidade onde todo mundo se conhece, é a principal seque-la, tampouco estão sanados os problemas dos bairros rurais vizinhos à lama. Moradores reclamam de insegurança e do abastecimento de água.

Ao mesmo tempo, a zona central do município, aonde a lama não chegou, vive uma bolha apartada da realidade. Com o auxílio emergencial de um salário mínimo pago pela Vale para todos os cidadãos adultos, independentemente de terem sido atingidos ou não, o comércio se aqueceu.

Os atingidos e os familiares dos mortos, por sua vez, receberam valores mais vultosos de indenizações por danos morais e materiais. Eles reclamam da exposição e dos riscos.

Além disso, o saldo de empregos é positivo: a Vale teve que contratar diversas empresas para obras de reparação, o que ampliou a oferta de trabalho. Nesse ambiente de artificial prosperidade, a população passou de 35 mil para cerca de 70 mil, numa estimativa endossada pela prefeitura.

O assunto pelas ruas é de que o dinheiro é gasto em futilidades: cerveja, carro e até plástica. “Há males que vêm para o bem” é uma frase que parentes de vítimas já escutaram até de colegas de trabalho.

Eles se ressentem pelo fato de a Vale ser vista como uma mãe pela população beneficiada com o auxílio. “Ganhar dinheiro sem fazer nada é ótimo, mas a que preço eles ganharam isso?”, questiona Josiana Resende, 31, que perdeu a irmã.

Os moradores, no entanto, começam a reclamar do custo devida, já que o preço da gasolina e do aluguel estão em alta.

Hoje o auxílio emergencial, que também dá direito a meio salário mínimo para cada adolescente e 25% de um salário mínimo para cada criança, é pago para entre 93 mil e 98 mil pessoas, segundo a Vale.

A verba será paga por mais dez meses, mas a partir de janeiro será reduzida pela metade para bairros não atingidos diretamente. De 10 mil a 15 mil pessoas continuarão recebendo o auxílio integral.

“Essa situação é temporária e nos preocupa”, diz o superintendente de Finanças de Brumadinho, Edmar Pinto.

A Vale destinou verbas à saúde e à assistência social do município, que reforçou o atendimento por psicólogos. Além disso, repassou R\$ 20 milhões à cidade e mais cerca de R\$ 3,3 milhões mensais, até completar R\$ 80 milhões. O valor é uma estimativa do que a prefeitura vai deixar de arrecadar a cada mês com a atividade da mina suspensa. Com isso, Brumadinho quase dobrou sua receita em 2019.

“Mas quando as ações de reparação acabarem, Brumadinho corre o risco de virar cidade-dormitório. A Vale já está se distanciando. Ela tinha que entender que não está tendo a responsabilidade que deveria, ela arrasou o município”, afirma Pinto.

Ele cobra a criação de alternativas econômicas de longo prazo, como a construção de polos industriais e melhores estradas de acesso. A extração na mina Córrego do Feijão, maior de renda da cidade, não vai voltar — a Vale se comprometeu a desativá-la.

Já o turismo, uma das principais atividades da cidade por causa do Instituto Inhotim, não se recuperou plenamente: hoje o movimento é 60% do que era antes da tragédia.

Na zona rural devastada pela lama, a paisagem se transformou em um ano. A área de rejeitos se tomou um grande canteiro de obras, com caminhões e tratores passando pelas ruas de terra a todo momento. O sossego acabou.

As obras são para conter o espalhamento de rejeitos no rio Paraopeba, dar nova forma ao córrego do Feijão, que sumiu na lama, e para reconstruir pontes e acessos destruídos. Boa parte do estrago foi tapado por um muro levantado pela Vale ao redor da lama.

No vilarejo Córrego do Feijão, de 600 habitantes, 27 pessoas morreram no rompimento e, depois dele, 50 famílias foram embora. A Vale fechou o posto de atendimento no local, alegando, segundo moradores, que a comunidade era violenta ao reivindicar seus pleitos.

“Nós não vamos ficar calados”, diz Jeferson Vieira, líder comunitário. “A mercearia fechou, praça está vazia, todo mundo faz tratamento psicológico, as estradas estão precárias, o bairro tem muita poeira e a gente não confia na água”, enumera Vieira. A água vinha da mina e agora é providenciada pela Vale.

As queixas são as mesmas no Parque da Cachoeira. Os moradores reclamam de falta de segurança. Mais de cem famílias foram embora e as casas são saqueadas. “O pessoal de fora começou a frequentar e a roubar”, diz Adilson de Souza, líder do local.

A família de Cristina Melo, 37, aguarda a indenização — um processo moroso. A princípio, seus pais insistiram em permanecer na casa cujo quintal virou lama, mas, ao se tomarem os últimos moradores do trecho final da ma, desistiram.

“Meu pai está em depressão, é trator toda hora, a casa treme. A gente vai no quintal e tem a memória de que não vai ser a mesma coisa”, diz Melo.

O Ministério Público de Minas Gerais já ajuizou duas ações cobrando da Vale reparações sociais e ambientais e obteve o bloqueio de R\$ 10 bilhões da mineradora. Também denunciou o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman e mais 15 por homicídio doloso.

No âmbito desses processos, foram firmados acordos para que a Vale pague as indenizações, cuide dos animais desabrigados, pague estudos sobre a água, faça novas estações de captação e tratamento de água e revise a segurança das suas barragens.

“Não vamos incorrer em erros do passado, vamos bloquear valores expressivos e não terceirizar a responsabilidade da Vale”, diz a promotora Andressa Lanchotti, referindo-se à tragédia de Mariana (MG), de 2015, em que a Samarco criou outra entidade, a Renova, para fazer a reparação.

“Vai levar ao menos dez anos para recuperar os danos ambientais”, prevê a promotora. Ela trabalha para que os atingidos tenham assessorias técnicas independentes custeadas pela Vale para estimar suas perdas e exigir indenização. O modelo deu certo em Mariana e deveria ter sido replicado a todo o vale do rio Doce, mas empacou nos trâmites da Renova.

O procurador José Adércio, do Ministério Público de Minas Gerais, diz que, como a Samarco, a Vale não tem boa vontade em ceder a pedidos, mas que o aprendizado de Mariana ensinou a driblar as dificuldades.

“O que a Vale tem feito, nós vimos em Mariana e tem se repetido aqui, é tentar separar e dividir os atingidos, para que eles negociem individualmente. A Vale tem que repensar um pouco a maneira de lidar com essas situações. Nós identificamos tanto falha na gestão de riscos como falha na gestão da crise”, resume.

Vale afirma realizar ações para reativar a economia da cidade

OUTRO LADO

A Vale afirmou que entrega água da Estação de Tratamento da Copasa de Juatuba (MG) às comunidades atingidas e que, em Parque da Cachoeira, há abastecimento pela Copasa e, portanto, não há comprometimento da qualidade. A empresa está instalando um novo reservatório com capacidade de 75 mil litros no local.

A mineradora diz que, para diminuir o barulho do maquinário, concentra atividades mais ruidosas durante o dia e que faz uma manutenção e melhorias de vias, encapsulamento de motores e desliga os alarmes de ré a partir das 19h.

Sobre pavimentação, a Vale afirma que a estrada que liga o Córrego do Feijão a Brumadinho será concluída neste ano e que faz manutenção das vias locais. A respeito da demora para indenizar, a mineradora diz que “em pouco mais de nove meses já foram celebrados mais de 5.000 acordos”.

A Vale diz que realiza ações visando reativar a economia de Brumadinho, com medidas para fortalecer o turismo e a agricultura. Informa também que mais de mil pessoas aderiram a programa de educação financeira, oportunidades de negócios e geração de renda.

Oposto do Córrego do Feijão foi fechado para reformas, afirma a Vale. “Não haverá qualquer interrupção no número de profissionais envolvidos na prestação de serviço assistencial à comunidade, já que o atendimento está sendo feito, prioritariamente, por meio de visitas às residências.”

Todo o rejeito que vazou da barragem 1 deve ser removido até 2023, segundo a Vale.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/01/2020

Seção: O País

Autor: Gabriel Shinohara

Título: Brumadinho: Vale paga R\$ 13,8 milhões à União

Acordo extrajudicial firmado pela AGU se deve a despesas por conta da desastre. Mineradora pode ser alvo de novas cobranças

A Advocacia-Geral da União (AGU) fechou um acordo extrajudicial com a mineradora Vale para ressarcimento de R\$ 13,8 milhões, em decorrência de despesas da União após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). O pagamento foi feito de forma integral no último dia 17. O pagamento é devido porque os gastos não teriam existido se não houvesse o rompimento da barragem. Segundo a AGU, a União teve despesas com combustíveis de carros e aeronaves, materiais de resgate, materiais para análise de metais e diárias de servidores que foram deslocados para o local por conta do desastre em Brumadinho. A barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, se rompeu no dia 25 de janeiro de 2019, há um ano.

A tragédia deixou um total de 259 mortos, e 11 pessoas seguem desaparecidas. Os gastos da União envolveram os seguintes ministérios: Desenvolvimento Regional; Justiça e Segurança Pública; Agricultura; Minas e Energia; Defesa; Saúde; Cidadania; e Secretaria de Governo. Também atuaram na ocasião o Comando do Exército, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional de Mineração (ANM). Segundo a AGU, o acordo não significa que a Vale não terá que pagar mais nada pelos gastos da União.

O órgão pode fazer novas cobranças caso verifique novos gastos. Na última terça-feira, o Ministério Público de Minas Gerais apresentou denúncia contra 16 pessoas, pelo crime de homicídio duplamente qualificado, por conta do rompimento da barragem em Brumadinho. Entre os denunciados estão o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, 11 funcionários da mineradora e cinco da consultoria Tuv Sud, que atestou a estabilidade da barragem. As duas empresas também foram denunciadas. Para o MP, os acusados omitiram as informações de risco da barragem antes do rompimento. Em nota, a Vale se disse perplexa e

afirmou que é prematuro apontar a existência de risco consciente “para provocar uma deliberada ruptura da barragem”.

A mineradora disse que segue contribuindo com as autoridades. A Tuv Sud afirmou, também em nota, que “muitos dados de diferentes fontes precisam ser compilados, apurados e analisados” para apurar os motivos da queda da barragem, e também se disse à disposição das autoridades investigadoras. Em outra frente de investigação, a Polícia Federal ainda não conseguiu determinar o que causou a liquefação — fenômeno que ocorre quando um material sólido passa a se comportar como fluido — que ocasionou o rompimento.

MME / ASCOM .